

ETP para a nova lei de licitação 14.133/2021

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Rodolfo Martinho Stelmo

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Com o fim da lei 8.666/94, a nova lei de licitações entra em cena agora a 14.1363/2021, apelidada de Nova Lei de Licitações (NLL). É o arcabouço jurídico em que embasa legalmente todo o processo legal de compras pública. O ETP é requisito mínimo para a elaboração do TR. O Termo de Referência (TR) é um dos documentos que formaliza o objeto de contratação este é subsidiado pelo ETP. A elaboração do TR sem os elementos mínimos caracteriza irregularidade na contratação. A Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) tem as melhores condições de realizar o levantamento de mercado, por meio da prospecção e análise das alternativas possíveis soluções para resolver o problema. Na etapa inicial desse levantamento, o EPC não define os preços, já que ainda não se tem uma solução definida. A intenção é identificar, com o melhor nível de detalhamento possível, toda e qualquer solução disponível no mercado, que eventualmente atender à necessidade e dar solução para o problema.

Objetivo

Orientar órgãos públicos e agentes operadores dos recursos públicos para a contratação das necessidades da administração pública. Esclarecer como é feito o ETP, bem como os objetivos e o porquê dessa nova fase. A fase de aquisição do meta processo. Como é formada o ETP e o EPC e qual seu dever perante a NL. Como o Estado de Minas Gerais se adaptou para cumprir tal regulamento.

Material e Métodos

O ETP não é uma novidade no processo de contratação pública, vejamos a consulta no arcabouço jurídico:

- lei 8.666/93 Art. 6 inciso IX Apresenta parâmetro que orienta o ETP a projeto básico de contratação.
- IN 4/2008 Artigos do 8º ao 15º Apresenta parâmetro que orienta o ETP.
- Lei 12.462/2011 Art. 2º Norma integralmente dedicada ao projeto básico.
- Lei 13.303/2016 Art. 42. VIII O regime das empresas estatais, o projeto básico é orientado pela indicação do ETP.
- IN SEGES 05/2017 Anexo III Apresenta diretriz para elaboração do ETP.
- Decreto 10.024/2019 Art. 3º O conceito de ETP como documento de 1ª etapa da fase do planejamento.
- IN SEGES 40/2020 Norma dedicada ao ETP.
- Decreto Estadual 48.012/2020 Art. 3º, IV O ETP para as contratações por meio de pregão eletrônico no Estado

de MG.

- Lei 14.133/2021 Art. 6º, XX O conceito e principais conteúdo do ETP.
- IN SEPLAG nº115/2021 Dedicada ao projeto básico deve observar a indicação de ETP.

Resultados e Discussão

A nova lei de licitações entra em vigor em sua totalidade e a mesma exige que seja feito o estudo técnico preliminar na primeira etapa do planejamento de uma contratação, que embasa o anteprojeto, termo de referência, ou projetos básicos de interesse público.

A Fase preparatória consiste em: ETP: Problema, Necessidade, Possibilidades, Custo x benefício, Solução Contratação;

Termo de Referência: Objeto, Detalhamento, Quantitativos, Prazos, Critérios de seleção e Execução/Gestão;

Pesquisa de Preço: Preço estimado, Preço máximo;

Edital: Convocação, Julgamento, Habilitação, Recursos, Penalidades;

Análise jurídica: Análise legal, Controle de legalidade; A conclusão do ETP vai concluir pela contratação ou não do processo de aquisição, propor novas tecnologias ou justificar as aquisições da administração pública.

A justificativa no parecer do E.T.P deverá obedecer alguns princípios como a devida fundamentação, congruência, exatidão, coerência, suficiência e clareza em sua elaboração.

Conclusão

Vimos que o ETP não é novidade na legislação. A EPC é a responsável pela elaboração dos ETP's. Composta por funcionários do setor de compras. Subsidiando o termo de referência o ETP evitará que a administração empregue recursos desnecessários e compre exatamente o que é eficaz para o funcionamento, será preciso na quantidade certa. Aproveitar melhor o emprego do recurso público. Tendo um ETP produzido para as aquisições necessárias, dificilmente o recurso público será mal empregado.

Referências

BRASIL. Lei Complementar nº 8.666, de 2/06/1993. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm

BRASIL. Decreto nº 10.024, de 20/09/2019. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm.

BRASIL. Lei nº 12.462, de 04/08/2014. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm.

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30/06/2016. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm.

IN nº 5, de 26/05/2017. www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada.

IN nº 40, de 22/05/2020. www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-40-de-22-de-maio-de-2020.

Resolução 115, de 29/12/2021- SEPLAG Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP.<http://www.pesquisalegislativa.mg.gov.br/LegislacaoCompleta.aspx?cod=198711&marc=>. Acesso em: 02set.2022.